

O Reino Unido e a Europa integrada, crônica de um matrimônio estranho

The United Kingdom and integrated Europe: chronicle of an odd marriage

JOÃO GUALBERTO MARQUES PORTO JUNIOR ¹

Resumo: A relação entre o Reino Unido e os países do continente foi marcada ao longo da história por diversos desencontros e disputas. Não foram poucas as guerras travadas entre os britânicos e outras nações europeias. A própria integração europeia inicia-se sem o Reino Unido que apenas na década de 1960 decidiu integrar as comunidades, sendo durante anos impedido pela França de Charles de Gaulle. A adesão tardia em 1973 não minimizou as diferenças, tendo novamente havido tensões na década seguinte durante a gestão Margaret Thatcher. As diferenças do casal estranho continuaram após a criação da União Europeia em 1992 e tiveram na decisão do Brexit apenas o desfecho de uma relação distante e tumultuada.

Palavras-chave: Integração europeia, Reino Unido, Brexit

Abstract: O comércio internacional está diante de significantes desafios: o impasse para concluir a rodada de negociações multilaterais da OMC, a fragmentação das regras do comércio com a multiplicação dos acordos preferenciais de comércio, a chegada de um novo modelo de produção e distribuição liderado pelas cadeias globais de valor e a imposição de um novo conjunto de regras determinadas pelas transnacionais e organizações não-governamentais. A ausência de uma ordem multilateral para todas essas novas regras está criando uma grande cacofonia e desenvolvendo uma nova guerra regulatória.

Keywords: European integration, United Kingdom, Brexit.

Recebido em:
08 de Julho de 2016

Received on:
July 8, 2016

DOI: 10.12957/rmi.2015.24641

¹Diplomata de carreira aposentado, foi embaixador do Brasil em Cingapura e Cônsul-geral em Hong Kong, dentre diversos postos em que atuou no exterior. **Email:** joaogmporto@hotmail.com

“O Continente está isolado!”
(registro de boletim
meteorológico londrino, em dia de
espesso nevoeiro sobre a
Mancha).

O título é recordação, induzida pelo cenário geopolítico corrente da Europa Ocidental, de adorável peça de Neil Simon, *The Odd Couple*, encenada na Broadway, em 1965, sobre um par de homens solitários, de caracteres diametralmente opostos e inadequados para a vida em comum, que um jornalista esportivo misógino oferece a amigo recém-expulso de casa pela mulher. História de alento, com final deixado em aberto, mediante a dificultosa percepção por parte de ambos, de que a convivência forçada havia, a despeito de suas fundamentais diferenças de caráter e personalidade, causado efeitos positivos e indeléveis sobre cada um.

Tem-se por verdadeira a estória de que, em dia de pesado e, aparentemente, irremovível nevoeiro sobre o Canal da Mancha, o serviço meteorológico da Grã Bretanha, após anunciá-lo, afirmou "o Continente está isolado" ("*the Continent is isolated*"). Na epígrafe que escolhi para este texto livre, mais do que cometer um erro de avaliação de massas entre as Ilhas Britânicas e a extensão continental europeia, o locutor da BBC pôs a nu uma quase irreprimível carga

psicológica, de vezo xenofóbico, cujas raízes podem identificar-se bem longe, nas brumas da formação geopolítica da Europa hodierna. Não tão longe quanto a ocupação da ilha maior por bretões, que, segundo consta, atravessaram a atual Mancha a pé, durante a última glaciação, e subtraíram ao futuro reino inglês o orgulho de encontrar passado autóctone...

Aleivosia desnecessária, até, injustificável, pois mesmo a Escócia - capturada no século XVIII (Culloden, 1746) e integrada, *manu militari*, ao conjunto britânico por invasão inglesa - encontra nos aterrorizantes pictos, que lá impediram a entrada das poderosas legiões romanas, um símbolo de tal autoctonia. Com efeito - assim determina a pesada maioria dos paleoarqueólogos e antropólogos - toda a humanidade, como hoje conhecida, provém do Chifre da África e de infindas correntes - transumâncias - de grupos humanos em busca de caça e coleta de vegetais comestíveis. Para desespero anglo, inexiste um boreopiteco ilhéu, apesar da sofisticada fraude científica do Homem de Piltdown, formatado para situar o nascimento do gênero *homo* no Condado de Sussex. Tampouco existe um *homo britannicus*.

Atribui-se aos países insulares preocupação excessiva com segurança, verdadeira mania de perseguição. Essa classificação parece ter fundamento, pois seus inimigos podem escolher qualquer trecho de seu litoral para atacá-los, aproveitando-se de que não há acidentes geográficos ou vizinhos terrestres e de que, dependendo da extensão do perímetro da ilha, a vigilância sobre eventuais atacantes dificilmente impedirá desembarques. A história das ilhas britânicas é de invasões sucessivas, desde as mais priscas eras, das quais as mais famosas são as dos romanos (sécs. I a.C a I d.C), as dos anglos e saxões (povos germânicos, sécs. V e VI), as dos vikings (sécs. VIII e IX), e a de Guilherme, Duque da Normandia (batalha de Hastings, em 14 de outubro de 1066), que deu origem à dinastia normanda daquele país. Não parece exagerada essa tese de paranoia insular, se se observa, com o devido cuidado, a personalidade e a história de outras ilhas notáveis, mundo afora, como Japão, Cuba, Hong Kong, Formosa, entre tantas outras. No caso britânico, o lado curioso - e irritante - está em que a Normandia fica na França.

A história dos entreveros da Inglaterra - assim citada por ser o núcleo dominante de comando político do Reino Unido - com a França é muito longa. Entretanto,

para simplificar, proponho deixarmos de lado a própria batalha de Hastings, ponto culminante daquela invasão normanda, em que Guilherme I deu início à longa caminhada de Inglaterra a Reino Unido. Assim, não parece errôneo um salto, politicamente significativo, de uns quatrocentos anos, para fixar-nos na batalha de Azincourt (1415), nos meados da Guerra dos Cem anos, que durou cento e dezesseis. Quis o destino que, não havendo podido transportar, nos exíguos navios da época, mais do que leves cavalos *coursiers* juntamente com quinze mil homens, Henrique V haja encontrado no campo de batalha, no chuvoso dia de São Crispim, um lodaçal que tornou inerte a pesada cavalaria de *destriers* de Carlos VI, Duque de Orleans. Curiosidade adicional, conta-se que os temíveis lanceiros franceses, considerados imbatíveis, ameaçaram cortar os dedos médios dos arqueiros ingleses, assim tornando-os incapazes de retesar a corda do arco. Finda a batalha e preso o Duque de Orleans, os ingleses mostraram-lhe o dedo do meio intacto, assim dando origem ao gesto obsceno de “mostrar o dedo”, de hoje em dia. Diz-se.

A bem da historicidade, não haveria relegar ter sido esse um capítulo intermediário de comprido entrevero dinástico, em que os descendentes de

Guilherme I, que dele haviam herdado direitos na Normandia e alhures na França, trataram de cessar as tergiversações francesas quanto aos direitos dos monarcas ingleses à Coroa francesa. Ora, a conquista normanda de 1066 removera os reis anglo-saxões do trono, e de maneira radical: o francês passou a ser a língua da corte e até o hábito do banho frequente parece ter sido introduzido, então, entre os rudes ilhéus. Pode estar aí, igualmente, a raiz mais profunda da batalha gastronômica anglo-gaulesa, os primeiros apegados a uma cultura alimentar prática, os segundos dados a invenções culinárias vistas como coisa de desocupados pelos ingleses. Conquanto, à época, a cozinha francesa ainda não se houvesse revolucionado, com a importação por Catarina de Médici, cerca de meio milênio depois de Hastings, da sofisticada culinária toscana, ela se via muito superior aos rudimentares hábitos alimentares ingleses. Mais um motivo, portanto, de despeito, bem denotado na afirmação por estes últimos, até recentemente, de que os franceses comem caça passada - *faisandée* – porque, diferentemente da *gentry* inglesa, não dispõem de caça abundante em suas propriedades rurais. Agravante adicional, a culinária inglesa hodierna inspirou-se na francesa, para modernizar-se e criar uma dimensão palatar inédita na cozinha local.

Cem anos (1337 a 1453), são um longo período, mais ainda então, e Azincourt foi apenas etapa, conquanto determinante, na interminável lista de confrontos da Ilha com o Continente, por haver ensejado, ao final do período centenário, uma configuração cartográfica em que a Ilha Britânica, com seu arquipélago circunjacente, parecia pronta a sentar-se sobre o norte da França, que passou a pertencer-lhe, juntamente com a região de Bordéus, da Gasconha e da Aquitânia (sudoeste). O rei Carlos VI era alcunhado de O Insensato, por insensato a ponto de abalar a lealdade dos valentes burgúndios, que terminaram por aliar-se aos ingleses de Henrique V, que, com sua esmagadora vitória, desposou Catarina, filha do rei deposto e irmã do Delfim, futuro Carlos VII.

Conquanto pareça desvio, vale aqui lembrar a magistral “reconstrução” narrativa de Shakespeare desse início de relação amorosa, improvável numa conquista bélica, mas tornada indispensável, na magia do Bardo. O aprendizado de Kate, com sua aia, da difícil língua inglesa é uma das mais deliciosas passagens da obra, mas não deixa dúvida quanto à distância das duas culturas, conforme sentenciar a princesa ante o som de palavras inglesas: “de foot et de coun (som corrupto da palavra inglesa *gown*)? O Seigneur Dieu! Ils

sont les mots de son mauvais, corruptible, grosse, et impudique, et non pour les dames d'honneur d'user". Após a vitória, num assomo lírico, Henrique prepara o fecho da peça com uma das mais sutis e poéticas "cantadas" da história da literatura:

Catarina - Is it possible dat I should love de enemy of France?

Henrique – No: it is not possible you should love the enemy of France, Kate. But, in loving me, you should love the friend of France, for I love France so well, that I will not part with a village of it; I will have it all mine: and, Kate, when France is mine and I am yours, then yours is France, and you are mine".

Com a beleza desses decassílabos de Shakespeare não encobre a verdade política por trás do gesto. Azincourt não seria o fim da guerra, que teria quase cinquenta anos pela frente e só se concluiria com os episódios bélicos iniciados por Joana D'Arc, do cerco de Orleans (1429) à batalha de Castillon (1453). Período que ensejou demonização do domínio inglês sobre tão grande parte do território francês e deu lugar a profusos comentários desairosos acerca da cultura ilhoa. Atitude que persiste hoje, percebida na avaliação de que a captura de tão importante zona vinícola francesa criou o paradoxo de que a Inglaterra é, desde

então, um país que come mal, mas que bebe bem.

Seria exagerado esmiuçar outras etapas antigas dessa disputa de poder que, a partir do século XVIII viria a atingir características mais claras de luta por hegemonia na Europa. Indispensável, no entanto, ao menos aflorar uns poucos traços de ligação entre o passado remoto da Guerra dos Cem Anos e o final do século XVIII, quando o mundo europeu iniciou meia-volta na estrutura de poder de suas unidades nacionais. A França foi o principal cadinho em que se aferventou essa lenta, porém decidida revolução, que rompeu com o absolutismo monárquico, no caldo cultural inovador decorrente do decesso de Bizâncio. Deixava o conhecimento de ser o apanágio de muito poucos e passou, conquanto lentamente, a um domínio progressivamente mais geral dentro das sociedades, ainda que a grande massa do povo se mantivesse prisioneira na base da pirâmide social. No século XVII, surgiram os primeiros pensadores iluministas, que defendiam o predomínio da razão sobre o teocentrismo até ali prevalente.

A capacidade de influência da Igreja de Roma se abalara com o movimento iniciado por Lutero, em Wittenberg, e a monarquia, especialmente a partir dos estados germânicos, passou a ser

autossuficiente. A mudança talvez mais cabal ocorreu no campo da riqueza, antes amplamente detida em mãos da Igreja, notável detentora de propriedades fundiárias, Europa afora. Passou a verificar-se maior acesso a ela pelas cabeças coroadas e a aristocracia, com o desenvolvimento progressivo dos bancos, que vieram a dar origem, por sua vez, a uma abastada burguesia comerciante, que se viu capaz de atuar fora da imediata autoridade real. Saía-se, por conseguinte, da fase feudal de detenção de poder, para um pré-capitalismo que “contaminaria”, em mais ou menos dois séculos após a Renascença, a totalidade da Europa.

A insularidade da Inglaterra oferece uma medida do que significa a palavra isolamento, uma vez que a evolução política do país guarda pouca semelhança com o que, desde os tempos romanos, mas, especialmente, nos anos iniciais da Renascença, ocorria no Continente. Nela, o poder absoluto se reduzira, de modo inédito, em decorrência da contrariedade da aristocracia e da população para com os desmandos tributários e o autoritarismo do monarca João Sem Terra, que conduziu à formulação por estas da Magna Carta (1215), até hoje tida, localmente, como Constituição local. Os principais avanços foram liberar a Igreja de interferência do governo, assegurar o

direito de todos os cidadãos à propriedade e à herança, impedir o abuso de impostos, introduzir processos legais abertos, independentes da vontade do monarca, assim introduzindo a igualdade perante a lei. Nada semelhante ocorreria no Continente, por vários séculos ainda. Há que sublinhar, porém, que tais óbices ao poder absoluto, longe de acabrunharem a monarquia, estimularam-na a uma grande criatividade, que se encontra na origem da inegável competência dos reis ingleses na condução do país.

Henrique VIII surge, nos albores do século XVI (1509), como figura real de escol, que mudaria, para sempre, a própria estrutura do poder real na Inglaterra, na Grã-Bretanha e no Reino Unido. Segundo monarca da Casa de Tudor, ele iniciou seu reino num país cristão, fortemente ligado, como os demais europeus, à Igreja de Roma. Católico devoto e instruído, publicou (1521) a dissertação teológica *Assertio Septem Sacramentorum*, que lhe angariou o título de Defensor da Fé (fidei defensor) pelo Papa Leão X. São bem conhecidas as peripécias de seus seis casamentos, a ruptura do primeiro dos quais é amplamente tida como causa e razão de seu afastamento do Papa. Vale notar que seu apego inicial a este último era tal que Henrique se aliou a Maximiliano I, Sacro Imperador

Romano-Germânico, nada mais nada menos do que para invadir a França (1513), mas frustrou-se com o uso que fizera, em benefício próprio, seu aliado dessa operação bélica, em detrimento da captura territorial que buscava. Renovou-se o sentimento ilhéu de inépcia e decepção em seus envoltórios territoriais com o Continente. Insatisfeito, voltou a invadir a França, trinta e um anos mais tarde, novamente debalde: conseguiu tomar Boulogne-sur-Mer (no Pas de Calais), mas a intervenção armada do Imperador Romano-Germânico Carlos V - ainda a Igreja e o Papa! -, aquele soberano multinacional, em cujo império o sol nunca se punha, pôs tudo a perder. Henrique, endividado, viu-se forçado a devolver a cidade, ainda que mediante polpudo resgate.

Volto, brevemente, ao divórcio de Henrique Tudor e Catarina de Aragão – espanhola e católica, diga-se de passagem, como também ainda o era ele próprio – para opinar que o julgo supervalorizado no grande esquema político da Inglaterra. A Magna Carta reduzira o poder do soberano e limitara as burras reais, ao estabelecer o direito de posse pelos súditos de bens fiduciários. Com o tempo, a quase totalidade da propriedade fundiária no reino estava, como na Europa, nas mãos da Igreja. O movimento de Wittenberg

tratara de pôr cobro a isso no norte do Continente, e tudo me força a crer que a anulação do casamento com a rainha católica, negado pelo Papa, serviu à *merveille* para uma separação total também com Roma (1532-37), de que não foi a causa, mas instrumento na montagem de um novo poder nacional, livre de interferências papais.

Sintomaticamente, Henrique VIII, pouco depois desse duplo divórcio (1536-41), dissolveu mosteiros, conventos e confrarias na Inglaterra, País de Gales e Irlanda; apropriou-se dos seus rendimentos e de suas terras, além de fazer-se Chefe Supremo da Igreja com a Lei de Supremacia (1534) e a Primeira e a Segunda Leis de Repressão (1536 e 1539). A rigor, a propriedade de toda a terra da Igreja naqueles reinos transferiu-se para coroa e se encontra na raiz do regime de enfiteuse que predomina no Reino Unido, em que a compra de uma casa ou outro tipo de bem imobiliário se faz apenas por um período determinado em contrato: não é possível possuir imóvel, para sempre, plantado numa terra pertencente a outrem e não disponível para aquisição. Não se aboliu a herança imobiliária, porém ficou ela limitada pelo regime de enfiteuse. Por vias transversas, reforçou-se o poder efetivo da coroa, uma vez que a sua propriedade fundiária, assim ampla, lhe assegura

incontestável poder econômico, mesmo que, com o tempo, especialmente desde o século XVIII, a independência do Parlamento no ato de governar haja crescido e tornado o monarca figura quase decorativa na gestão do país. Tudo muito a contrapelo do processo de abertura sistêmica ocorrido no Continente, a partir da França, nos séculos XVII e XVIII. Matéria para longa e detida reflexão, uma vez que os domínios da coroa se estendem, hoje ainda, pela Commonwealth (Comunidade Britânica de Nações).

Na Europa integrada, atual, como em seus estados membros originais e mais tarde a ela acedidos, apenas o Reino Unido usa o direito consuetudinário. Verifica-se, assim, mais que superficial dicotomia sistêmica, a partir mesmo da noção de Constituição, datada do século XIII nas Ilhas Britânicas, mas objeto de introdução e constantes atualizações, no Continente. Prevê a Magna Carta que os cidadãos sejam julgados por seus pares (júri), inovação desbravadora no século XIII, mas que, na ausência de doutrina, poderia, em tese ao menos, significar que, como naquele distante momento da história, o lavrador seja julgado por outro lavrador, um nobre pelo nobre, nunca um nobre pelo lavrador. Será o inglês um verdadeiro cidadão, ou um híbrido disso com súdito? São os direitos individuais conquistas

permanentes ou avanço costumeiro, à luz de uma consolidação somente jurisprudencial? Discernem-se, assim, as profundas diferenças que se foram criando entre o Continente Europeu e o conjunto britânico, amplamente refletido, no campo do Direito, na escolha, pelo primeiro, de um sistema em que a doutrina predomina sobre a jurisprudência e, pelo segundo, em outro que inverte os termos da equação.

A Revolução Francesa foi, possivelmente, o momento agônico dessa confrontação ideológica, que opôs Reino Unido, Império Russo, Portugal, Espanha, Suécia, Países Baixos, Duas Sicílias, Sardenha e Nápoles ao radical antimonarquismo gaulês. Todavia, a despeito dos desmandos e excessos do Terror e outras etapas da nova fase francesa, ocorreu uma longa e dolorosa autocorreção do regime, na própria França e alhures, para fazer emergir a essência filosófica de Montesquieu, Rousseau, Voltaire e surgir das brumas o estado moderno, firmemente apoiado nos direitos humanos e na cidadania. Para o Reino Unido, a carga foi dupla, pois se ensejaram os ideais de independência e republicanos na sua colônia norte-americana. E Napoleão foi gota que fez transbordar o copo tanto pela solércia de invadir territorialmente (tentativa, no caso da Rússia) aqueles oito aliados originais do Reino Unido,

quanto pela geração e difusão de conceitos doutrinários, que terminaram por angariar aceitação ampla no mundo ocidental.

Por essa época, o Reino Unido, sem diminuir sua vigilância sobre a França e o Continente, já saía em busca de outra estratégia que não a hegemonia sobre ambos. Estabelecera fortes laços com Portugal, com o qual firmou, ao longo do século XVII, comprida série de tratados (1652, 1654 e 1661), culminada com o Tratado de Methuen (1703), que selaram a longa agonia lusa como nação mercante: abertura dos portos portugueses aos navios ingleses, obrigação de que Portugal obtivesse seus navios na Inglaterra, direito inglês de exportar seus produtos para as colônias (exceção a vinhos, azeite, farinha e açúcar, monopólios da Coroa lusa), de fazer o frete de importação delas e de participar nos lucros da venda dos produtos coloniais à Europa (exceção feita ao pau brasil, também monopólio da Coroa lusa). Embrião do imenso império que o Reino Unido estabeleceria até o final do século XIX.

Como a exportação principal inglesa para Portugal e as colônias eram manufaturas e sua importação se compunha de produtos básicos, alimentares e produtos-meio, a relação de trocas agudizou os ganhos ingleses e

o empobrecimento português, até porque o açúcar, que se vendia a altos preços no mercado europeu, os ingleses o tinham em suas colônias antilhanas, em concorrência ao brasileiro e em detrimento progressivo do nível internacional de preços. Isso explica a facilidade com que a Inglaterra, ante a corrosão da economia portuguesa e a incapacidade administrativa de Portugal de gerir suas colônias, foi penetrando na Ásia, África e Oceania, no claro desígnio político de fornecer aos operadores comerciais ingleses a infraestrutura necessária, para que se beneficiassem das rotas mais cobiçadas do planeta. Franca atividade capitalista de assegurar insumos e mercados para as manufaturas que, crescentemente, passava a produzir.

Na noite de 26 de agosto de 1944, vinte e quatro horas após a liberação de Paris, o General de Gaulle, então chefe de estado interino, encarregado de reorganizar a França politicamente, convocou a seu gabinete o jornalista e político francês Maurice Shumann – pai e "padroeiro" da integração europeia – e lhe disse, apontando para a Europa Ocidental, que, em breve, as vanguardas russa e norte-americana se encontrariam naquele ponto, e elas se combateriam, ou dividiriam o mundo em duas zonas de influência, o que, em ambos os casos, implicaria o desaparecimento da

Europa, "se nós não atingirmos nossa própria reconciliação". De Gaulle, a despeito de suas diferenças e antipatias para com o Reino Unido – cuja propensão pró-norte-americana via como um risco indesejável de alinhamento automático com as políticas dos EUA –, imaginava que o país britânico fosse ser o promotor da integração europeia.

Opostamente, em discurso que pronunciou nos EUA, em 1945, Winston Churchill defendera a ideia de uma "cidadania conjunta Estados Unidos – Grã Bretanha". Assim, quando, em outro discurso, em Zurique, na Suíça, em 1946, Churchill conclamou a Europa a pôr-se de pé e a unir-se, ele se estava referindo ao que, em seu país, se chama, comumente, de "o Continente" (*The Continent*), para designar o conjunto de países continentais ocidentais, não a insular Grã-Bretanha. Jean François Deniau, em seu livro *L'Europe Interdite* (1977), tocou o centro do problema, ao lembrar que aquele país tinha seu próprio círculo de interesses – seu império ex-colonial, contido na Comunidade Britânica de Nações (*The British Commonwealth*) e que Churchill jamais expressamente incluiu seu país na associação européia que propunha.

A Europa integrada é obra de complexa engenharia política, de duplo objetivo. O primeiro foi pôr fim a guerras hegemônicas, cujo ápice foi a Segunda Mundial, de efeito hecatômico, propósito de elevada percepção sócio-política e muito difícil aplicação, só tornado possível pelo anseio de paz e segurança de uma população devastada e tornada economicamente miserável com o conflito. Os seis povos envolvidos no projeto inicial - francês, belga, luxemburgês, neerlandês, alemão e italiano – demonstraram disposição de integrar uma real comunidade internacional. Assim, puseram a nu que as decisões de contenda bélica anteriores haviam sido objetivos de estado, em busca de poder hegemônico, que, necessariamente, os haviam engajado como carne de canhão. Assim, o processo se iniciou, em 1950, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA, e, mediante seu êxito e efeitos benéficos para a reindustrialização do grupo, foi completado, em 1958, com a Comunidade Europeia de Energia atômica - EURATOM e a Comunidade Econômica Europeia - CEE. Deve ressaltar-se que, desde o primeiro passo do conjunto, a CECA, verificava-se a medida sem precedentes de transferência de soberania das unidades nacionais para a zona de integração. Ou seja, o que fosse decidido por esta

última passava a valer como obrigação imediata nos seis países membros. Não haveria negar a ousadia política dos autores do projeto e seu tirocínio estratégico, ao juntarem, num só cadinho, povos antes divididos por guerras cruentas e de forte reincidência milenar.

O segundo objetivo, que busquei demonstrar em minha tese de altos estudos (1981) sobre a integração europeia e a necessidade de com ela buscarmos parceria ativa, foi construir um *continuum* geopolítico e estratégico que desse consistência múltipla – política, econômica, financeira e militar – ao conjunto, composto de antigas unidades nacionais territorialmente poucos expressivas. Países espremidos entre os gigantes norte-americano e soviético, num universo tecnológico nuclearizado, em que os vetores para artefatos explosivos de enorme capacidade destrutiva tinham alcance limitado, fato que só seria superado bem mais tarde, na década de 1970, com os mísseis intercontinentais. Com efeito, num cenário estratégico de nova confrontação bélica, tornado possível com as tensões da Guerra Fria, a Europa das Comunidades seria, fora de qualquer dúvida, o teatro de operações em que explodiriam tais artefatos. Fato que poria a perder os desígnios de

reconstrução e desenvolvimento social e econômico da própria integração.

O Reino Unido, como se viu, manteve-se, em tal fase, distante dos esforços comunitários dos Seis e chegou a tentar contra-arrestar o avanço de sua integração, mediante a formação, a norte, oeste e sudoeste desta última, uma ampla área de livre-comércio, a Associação Europeia de Livre-Comércio – AELC, juntamente com os países nórdicos, Suíça, Áustria e Portugal. Característica fundamental desse "face-a-face", a AELC apenas visava à livre circulação interna de mercadorias (livre-comércio), enquanto as Comunidades, a uma integração complexa (união aduaneira), de natureza supranacional, que o Reino Unido liminarmente rejeitava. Ver-se-á, com a evolução da integração europeia e, finalmente, a adesão britânica a ela (1973), que a participação do Reino Unido no processo de integração ainda guarda alguns traços dessa rejeição, que o tornam peculiar no conjunto comunitário.

Os resultados econômicos e sociais dos Seis, nitidamente superiores aos da AELC, inspiraram o Reino Unido, em 1961, a uma aproximação e à candidatura à adesão, porém foi recusado pelo Parlamento francês, mediante oposição de De Gaulle, que

temia ser aquela candidatura um Cavalo de Tróia norte-americano, além da obstinação britânica de preservar, mantendo-as fora do alcance comunitário, suas relações especiais com suas ex-colônias. Ora, a integração acentuou-se, já em 1965, com o Tratado de Fusão, num conjunto fortemente unificado, que passou a chamar-se, simplesmente, Comunidades Europeias. Deu-se, assim, lógica e coerência ao funcionamento das três Comunidades, que deixaram de ser individualizadas, mas partes de um todo, unificando os Conselhos e Comissões respectivos. As Comunidades demonstravam, então, sua força integrativa mediante notável crescimento das trocas tanto internas quanto externas, resultantes dos avanços econômicos do conjunto e da realização de uma verdadeira União Aduaneira, baseada no tripé de livre circulação de mercadorias, de capitais e de mão de obra, esta última ainda incipiente e, coompreensivelmente, só mais tarde realizada.

No entanto, as sucessivas crises que caracterizaram a década de 1970, suspensão da responsabilidade do Tesouro dos EUA para com os dólares em circulação fora de seu território, dois sucessivos choques do petróleo e a fenomenologia corrosiva da inédita estagflação (estagnação com inflação), alteraram consideravelmente tal cenário,

além de que o palco do comércio internacional passaria a receber novos competidores. A morte De Gaule, por seu lado, viera abrandar o amargor francês para com o Reino Unido. Em pleno florescer daquele período sombrio, o Reino Unido, em 1973, aderiu às Comunidades, acompanhado de dois de seus parceiros de AELC, Dinamarca e Irlanda (candidatura de um terceiro daqueles, a Noruega, foi rejeitada em referendo nacional). Os Seis viraram Nove. A Europa integrada conseguira absorver três adversários ferrenhos. Teria ela convertido o Reino Unido ?

Os anos 80 do século XX foram sintomáticos nessa relação de *Odd Couple*, à la Neil Simon. Em 1979, subiu ao poder de chefe de Estado Margaret Thatcher, ultraconservadora, numa reação do eleitorado contra a debilidade do governo trabalhista anterior, afetado pelas graves dificuldades dos anos 70. Thatcher era adepta do livre mercado, tradição inglesa (Adam Smith), do monetarismo e das privatizações. Desestatizou a economia britânica e reduziu os impostos, além de enfrentar os sindicatos de trabalhadores, com a eliminação do salário mínimo e a redução do papel do estado no bem-estar social (*welfare state* e medicina pública). Receita radical, muito

semelhante à que, em 1981, seria posta em prática por Ronald Reagan, nos EUA. Inevitavelmente, gerou-se forte aliança entre os dois líderes, vinculando, em um só conjunto, as duas políticas econômicas e a política externa com que Reagan se opunha à busca de influência global do Kremlin. A presença do Reino Unido nas Comunidades ficou sempre por um fio, diante das diatribes de Thatcher contra o estatismo do Continente, atitude que ficou bastante clara na oposição da Primeira Ministra britânica à adoção pelo Reino Unido de uma Carta de Direitos Sociais, como a que existira desde os albores da integração europeia e nela prevalecia. Ao falarmos disso, volta-nos à mente, inevitavelmente, a questão dos fundamentos doutrinários do direito de cidadania, no Continente, e os direitos de base consuetudinária, nas Ilhas Britânicas. Conquanto haja amiúde ameaçado fazê-lo, Thatcher não encontrou suficiente base política para promover uma quebra no incômodo casamento.

Em fevereiro de 1992, construindo sobre o acervo institucional criado desde 1951 e no contexto das grandes interrogantes acima mencionadas, o processo de integração reforçou-se mediante o lançamento de uma união econômica e política. Os instrumentos-mores foram a conclusão do mercado

interno - Mercado Comum - e a implementação de uma moeda única. Esse o conteúdo essencial do Tratado de Maastricht, firmado naquela data. Criou-se a União Europeia, não, do ponto de vista do Direito Internacional Público, como categoria jurídica, como as Comunidades, mas como ente político. Nisso, agregaram-se aos campos cobertos pela CECA, CEE e CEEA domínios antes considerados mais sensíveis: Política Externa e Segurança Comum, de um lado, e Justiça e Negócios Internos, de outro, ambos regidos por nova lógica decisória peculiar. Mais importante ainda do que tudo isso na relação do casal RU-UE, Maastricht criou a cidadania europeia e atribuiu aos cidadãos dos estados-membros o estatuto de cidadão europeu. Não importa tanto o que isso traria de benefício para o Reino Unido, mas seu alcance em termos da abertura do território britânico aos cidadãos continentais.

Maastricht ocorreu na esteira do desfazimento da União Soviética, o que inspirou a União Europeia a aventurar-se no decorrente vazio de poder e agregar a seu conjunto a maioria das Repúblicas Soviéticas da Europa Central e Oriental. Não havia, em princípio, maior problema nessas inovações institucionais e geopolíticas, pois os tempos ainda não traziam, do

ponto de vista da segurança interna, as preocupações hoje imperantes diante do terrorismo internacional, que vai evoluindo da centralização estrita dos tempos da Qaida, para forte descentralização, hoje crescente, na era do Estado Islâmico. Demais, haveria deixar claro que, na absorção do Reino Unido pelo conjunto integrativo europeu, foram absorvidas, igualmente, suas colônias africanas e caribenhas, que se agregaram às antigas colônias dos Seis, pelas Convenções de Lomé, Iaundê e Arusha, e sucessivas versões das duas últimas, ao longo do período de 1960 a 1980. Uma característica mórbida dessa relação Norte-Sul é a utilização pela Europa de preferências reversais, que têm servido de verdadeiro grilhão à liberação pós-colonial africana, uma vez que não lhe têm sido dadas as condições de desenvolvimento autônomo dentro desse esquema verticalizado, em que a Europa se beneficia de insumos baratos da atividade extrativa africana, para assegurar competitividade a seu poderoso parque industrial. Nisso, Reino Unido e Europa continental em nada divergiram, e a realidade nua e crua é que inexistente o menino de rua nas grandes capitais europeias, porque ele se encontra na África.

Entretanto, a situação de penúria em que permanece a África, especialmente a

subsaariana, tem levado a uma transumância forçada pela busca de melhores condições de vida, em países nos quais a legislação nacional oferece ao transumante acesso fácil à nacionalidade de sua antiga Metrópole colonial. Efeito irônico de retroalimentação do colonial-imperialismo europeu, que, com a livre circulação de pessoas assegurada desde Maastricht, arriscava encher o Reino Unido, a exemplo do que está ocorrendo com os demais membros originais das Comunidades, de exilados miseráveis e famintos. Com a agravante de que, em meio a estes, circula também o “lobo solitário” engajado pelo Estado Islâmico, especialmente na esteira do conflito sírio, que também tem produzido número considerável de exilados rumo à Europa.

Exacerbaram-se os cuidados britânicos, agudizaram-se os problemas de dicotomias conceituais superadas nos tempos de bonança, reemergiram os preconceitos e rancores advindos de más experiências históricas. Esvaziou-se a inspiração romântica da “cantada” de Henrique V à Kate francesa, preservou-se, apenas, seu substrato de interesse e poder. A extrema direita britânica, bem mais à direita de Thatcher, porque eivada de neonazi-fascismo e preconceitos de origem, conseguiu “cantar” o povo preocupado e obnubilar

a visão britânica de longo prazo, que não deve, não pode, depositar, indefinidamente, seu futuro nas mãos, até hoje pródigas, dos Estados Unidos da América. O país investiu muito na Europa e esta, nele. É inegável e complexo o imbricamento econômico, comercial e financeiro mútuo, ainda que não haja ocorrido no campo monetário e que se mantenham diferenças conceituais de visão entre as partes, o que não deixa de ser válido para ambas, pela constante revisão exigida de cada uma de suas próprias doutrinas e convicções.

O “Brexit” - façanha linguística improvável nas línguas analíticas de origem românica - foi, talvez, inevitável, pela força com que se

instilaram os medos nas mentes assustadas do povo britânico e se tornou menos atraente o real significado e alcance do “Brexit”. A separação não há de ser graça.

Termino esta crônica - imperfeita pela exiguidade de espaço, mas que procurei significativa, no desígnio de assinalar o que pode estar subjacente aos panos do tempo - com o sabor amargo de não conseguir manter, ao longo das etapas cobertas, a leveza e o humor que usei nas descrições das etapas históricas. Certamente porque não as estou vivendo e porque partilho, agora, o mesmo estresse dos britânicos, da Europa e do resto do mundo, ante dos riscos de que me venham à vizinhança, a minha mesma morada, a desesperança e o terror.

Nada é sem motivo, mas apenas conhecer o motivo é de pouca, se alguma, valia ou consolo.